



PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ nº 43.035.146/0001-85

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	2018		2017		Passivo	2018		2017	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.740	11.065			Empréstimos e financiamentos	14.274	17.384		
Contas a receber de clientes	93.579	59.395			Fornecedores	14.095	12.214		
Impostos a recuperar	5.435	5.971			Obrigações sociais	72.856	74.377		
Despesas antecipadas	7.654	15.868			Obrigações fiscais	16.862	22.979		
Outras contas a receber de partes relacionadas	152.038	144.599			IRPJ e CSLL a recolher	-	4.788		
Outras contas a receber	20.934	25.655			Outras contas a pagar para partes relacionadas	39	57.870		
Operações com derivativos	975	975			Dividendos a pagar	9.810	13.448		
Total do ativo circulante	286.355	263.528			Outras contas a pagar	15.513	14.113		
					Total do passivo circulante	143.449	217.173		
Não circulante					Não circulante				
Impostos diferidos	26.742	41.556			Empréstimos e financiamentos	22.378	36.290		
Operações com derivativos	172	172			Obrigações sociais	75.839	84.387		
Despesas antecipadas	6	641			Outras contas a pagar para partes relacionadas	1.283	1.264		
Impostos a recuperar	2.738	1.681			Provisão para contingências	101.927	86.769		
Outras contas a receber de partes relacionadas	171.163	157.612			Passivo atuarial com plano médico	37.257	50.581		
Depósitos judiciais	26.759	30.879			Outras provisões	15	134		
Investimentos	197	197			Total do passivo não circulante	238.699	259.425		
Imobilizado	259.270	288.632							
Intangível	33.465	37.485			Patrimônio líquido				
Total do ativo não circulante	520.512	558.855			Capital social	301.661	301.661		
					Reserva de lucros	115.214	49.033		
Total do ativo	806.867	822.383			Ajuste de avaliação patrimonial	7.844	(4.909)		
					Total do patrimônio líquido	424.719	345.785		
					Total do passivo e patrimônio líquido	806.867	822.383		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receita operacional líquida	898.732	884.935
Custo dos serviços prestados	(493.932)	(538.330)
Lucro bruto	404.800	346.605
Despesas operacionais		
Vendas	(8.113)	(6.730)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.580	(6.091)
Gerais e administrativas	(300.220)	(278.447)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	33.873	44.876
Lucro operacional antes do resultado financeiro	135.920	100.213
Receitas financeiras	3.421	8.296
Despesas financeiras	(12.414)	(16.325)
Resultado financeiro	(8.993)	(8.029)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	126.927	92.184
Imposto de renda e contribuição social correntes	(39.427)	(42.905)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.741)	7.343
Lucro líquido do exercício	81.759	56.622
Lucro por ação	0,27%	0,19%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros		Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	301.661	5.859	-	-	-	307.520
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.622	56.622
Reserva legal	-	2.831	-	-	(2.831)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(13.448)	(13.448)
Reserva de retenção de lucros	-	-	40.343	-	(40.343)	-
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	(4.909)	-	(4.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	301.661	8.690	40.343	(4.909)	-	345.785
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	81.759	81.759
Reserva legal	-	4.088	-	-	(4.088)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(9.810)	(9.810)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(10.628)	(10.628)
Reserva de retenção de lucros	-	-	57.233	-	(57.233)	-
Efeitos de adoção inicial do CPC 48	-	-	4.860	-	-	4.860
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	12.753	-	12.753
Saldo em 31 de dezembro de 2018	301.661	12.778	102.436	7.844	-	424.719

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	81.759	56.622
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	42.432	45.025
Valor residual de ativos imobilizado e intangíveis baixados	15.427	879
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.083)	6.092
Constituição de provisão para contingências	15.157	7.958
Provisão para passivo atuarial com plano de assistência médica	5.999	5.590
Outras provisões	(118)	(69)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	47.671	35.562
Juros e variações monetárias provisionadas	3.889	7.658
Variação cambial	1.555	899
Ganho (perda) com instrumentos financeiros derivativos	-	(2.541)
205.688	163.675	
Aumento (redução) dos ativos operacionais		
Contas a receber	(21.241)	(11.400)
Impostos a recuperar	(522)	13.612
Despesas antecipadas	8.214	(3.153)
Outras contas a receber	5.356	3.394
Depósitos judiciais	4.120	(1.906)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	1.881	212
Obrigações sociais	(1.520)	(8.221)
Obrigações fiscais	(19.453)	(18.314)
Outras contas a pagar	1.400	(16.306)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	183.923	121.593
IRPJ e CSLL pagos ou retidos	(39.427)	(38.117)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	144.496	83.476
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos repassados a partes relacionadas	(98.308)	73.796
Recursos recebidos de partes relacionadas	77.319	12.669
Aquisição de imobilizado	(19.891)	(73.380)
Aquisição de intangível	(4.587)	(9.474)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(45.467)	3.611
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos recebidos de partes relacionadas	317.463	1.100.481
Recursos repassados a partes relacionadas	(375.275)	(1.183.753)
Empréstimos e financiamentos captados	4.151	23.604
Empréstimos e financiamentos pagos	(23.384)	(22.288)
Juros pagos	(3.231)	(3.385)
Dividendos pagos	(24.077)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(104.353)	(85.341)
(Redução) aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(5.324)	1.746
Saldo final	5.740	11.065
Saldo inicial	11.065	9.319
(Redução) aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(5.324)	1.746

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	81.759	56.622
Variação do passivo atuarial de plano médico	7.844	(4.909)
Resultado abrangente total	89.603	51.713

acordo com as IFRS. Para atender aos novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento. **Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. **Até agora,** a Companhia não espera nenhum impacto significativo. **IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. **IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. **IFRS 16 - Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção, planejada para 1º de janeiro de 2019. **Outras alterações:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. • Alterações ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria
Ronaldo Ferreira - Contador - CRC 15P230211/O-5

7. Contexto operacional: A Protege S/A Proteção e Transporte de Valores (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim, vigilância e serviços de guarda ou custódia dos valores. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e outros. A Companhia está sediada na cidade Santo André, Estado de São Paulo à Rua dos Coqueiros, 1300 e tem base para prestação de serviços nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e com o *International Financial Report Standards (IFRS)*. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **6. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, possam ser mensuradas de forma confiável. **b. Instrumentos financeiros:** *i. Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. *ii. Passivos financeiros não derivativos:* Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos estão representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **iii. Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **c. Imobilizado:** *iv. Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. *v. Custos subsequentes:* Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. *vi. Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Beneficência em imóveis de terceiros	10 a 25 anos
Instalações	3 a 25 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 25 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 15 anos
Equipamentos de informática	4 a 10 anos
Armamentos e equipamentos de vigilância	2 a 20 anos

d. Redução ao valor recuperável (impairment): *vii. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. *viii. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte,